

A FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar) considera a decisão adequada, sobretudo, para a segurança dos pacientes. A inclusão automática prevista no projeto de lei afetaria um dos pilares do funcionamento da saúde suplementar e prejudicaria a sustentabilidade de um sistema que assiste mais de 48 milhões de pessoas.

Não haverá perda assistencial para os beneficiários, uma vez que os planos já oferecem 58 medicamentos oncológicos orais para tratamento de câncer, além de todos os intravenosos disponíveis no mercado.

A desejada celeridade das incorporações - que sempre foi a principal justificativa do projeto de lei - também já está assegurada por mudança nos ritos das análises feita recentemente pela ANS, que manteve respeitadas as melhores práticas adotadas nos sistemas de saúde mais avançados em todo o mundo.

Fonte: Conteúdo, em 26.07.2021